

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.335 - PR (2019/0315659-7)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : E C C (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por E C C, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Consta nos autos que o recorrente foi pronunciado nas sanções do art. 121, § 2º, I, IV e VII, do Código Penal (FATO 1); do artigo 121, § 2º, IV, V e VII, c/c o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal (FATO 2); do artigo 16 da Lei n. 10.826/2003 (FATO 3); do artigo 180, caput, do Código Penal (FATO 4); do artigo 250 do Código Penal (FATO 5); e do artigo 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013 (FATO 6), na forma do artigo 69 do Código Penal. Irresignado, interpôs recurso em sentido estrito, alegando excesso de linguagem e eloquência acusatória pelo julgador de primeira instância. Por sua vez, o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso nos seguintes termos da ementa (e-STJ fl. 3661):

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO CRIMINAL EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIOS CONSUMADO E TENTADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. AUSÊNCIA DE DOLO. COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA.*

*1. Inexistindo elementos que permitam absolver desde logo os acusados, e estando convencido quanto à materialidade do fato e à presença de indícios su?cientes de autoria, compete ao magistrado pronunciar os acusados.*

*2. Compete exclusivamente ao Conselho de Sentença, havendo divergência entre a versão dos fatos apresentadas pela acusação e pela defesa, adotar uma delas como a verdadeira, reconhecer a presença ou ausência do elemento subjetivo do tipo penal imputado pela acusação, de eventual erro de tipo ou coação moral irresistível, firmar convencimento quanto à caracterização do crime ou mesmo absolver os acusados.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*3. Não há na sentença juízo de valor sobre o caso posto em exame, limitando-se o magistrado a apontar os indícios de autoria por parte dos envolvidos. Inocorrência de excesso de linguagem.*

*4. Recursos criminais em sentido estrito improvidos.*

Nas razões do especial, a defesa alega violação do art. 413, §1º, do Código de Processo Penal, sustentando que, "em virtude da natureza e características da sentença de pronúncia e da detida análise do decisor, infere-se que o juízo a quo excedeu-se no julgamento e linguagem na referida decisão, o que certamente influenciará os jurados, pelo que a defesa técnica postula o reconhecimento da sua nulidade absoluta." (e-STJ fl. 3.685).

Aduz que "é notório que o magistrado não deve convertê-la em juízo de valor pessoal, ao analisar a conduta do pronunciado, ou contaminá-la com suposições ou parcialidades, uma vez que, quando se realizar o julgamento no plenário do Tribunal do Júri, existe a possibilidade de influenciar os jurados, porquanto, mesmo que exista proibição de referência à decisão de pronúncia (art. 478 do CPP), os jurados ainda têm acesso a cópia da decisão (art. 472, parágrafo único, do CPP)." (e-STJ fl. 3.685).

Afirma que "a linguagem utilizada na decisão de pronúncia deve obedecer a um equilíbrio para que a decisão não influencie indevidamente os jurados (juiz natural), que irão decidir sobre os crimes imputados em desfavor do recorrente." (e-STJ fl. 3.699).

Aponta, ainda, que "A decisão de pronúncia, em regra, quando proferida com excesso de linguagem, estará, além de ferindo o princípio da imparcialidade, influenciando no convencimento dos julgadores no Tribunal, devendo abster-se quanto a seu convencimento absoluto." (e-STJ fl. 3.700).

Pugna pelo provimento do recurso para anular a sentença de pronúncia em razão do excesso de julgamento e eloquência acusatória.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Contra-arrazado (e-STJ fls. 3.706/3.712), o recurso foi admitido (e-STJ fls. 3.715), manifestando-se o Ministério Público Federal pelo desprovemento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 3.738):

*Penal e processo penal. Homicídios consumado e ten- tado. Sentença de pronúncia. Excesso de linguagem. Inocorrência. Referência superficial às provas constan- tes dos autos. Fundamentação adequada. Precedentes. Parecer pelo não provimento do recurso especial.*

É o relatório. **Decido.**

O recurso é cabível, tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

No mérito, não vislumbro o alegado excesso de linguagem na sentença de pronúncia.

A tarefa do julgador, ao motivar as decisões relacionadas ao Tribunal do Júri, revela-se trabalhosa, uma vez que deve buscar o equilíbrio, a fim de evitar o excesso de linguagem sem se descuidar da necessidade de fundamentação adequada, conforme preceitua o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Na hipótese, veja o que consta do acórdão recorrido (e-STJ fls. 3658/3659):

(...)

### *3. Excesso de linguagem*

*A defesa do réu EDY CARLOS CAZARIM afirma que houve excesso de linguagem na sentença recorrida, tendo o magistrado extrapolado a análise da materialidade e autoria e ingressado no mérito da causa, proferindo juízo de valor sobre os fatos.*

*Sem razão, contudo.*

*Com efeito, a materialidade e os indícios de autoria que permitem a prolação da sentença pronunciando os réus foram sintetizados nesta decisão (trechos acima).*

*Na sentença de pronúncia o magistrado limitou-se a colacionar*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*os trechos dos depoimentos dos réus e das testemunhas que corroboraram tais indícios.*

*Não há, na verdade, juízo de valor, e sim extensa demonstração dos indícios necessários ao juízo de admissibilidade. Na mesma linha o parecer do Ministério Público Federal, in verbis:*

*Com efeito, embora extensa, a sentença de pronúncia é composta em grande parte por relatos de diligências investigatórias e transcrições de depoimentos.*

***Nesse contexto, ao analisar os indícios de autoria em face dos réus, infere-se que o julgador singular não adotou posicionamentos que poderiam indicar certeza ou comprovação definitiva acerca das imputações, sempre fazendo referências a possibilidade e probabilidade das imputações, como é inerente a essa fase processual.***

*(...) 3. Ademais, como bem destacou o Ministério Público Federal em suas contrarrazões recursais (evento 262 do processo originário), a extensão da decisão deve-se à complexidade da causa e do grande número de depoimentos e diligências que o magistrado precisou reportar para expor os motivos da decisão, sem contudo apresentar conclusões sobre a autoria, in verbis:*

*Analizando-se detidamente a decisão, verifica-se que sua maior parte é constituída pela transcrição de depoimentos e descrição das diligências policiais e seus resultados.*

***O fato é que se trata de um crime extremamente complexo, cometido por várias pessoas, e realizado por uma organização criminosa. O feito possui abundância de provas e situações a serem examinadas.***

*Não há julgamento conclusivo sobre a autoria, porém a indicação de seus indícios, fundamentação necessária para a decisão de pronúncia.*

***Ademais, frise-se que se trata de réu confesso e colaborador, o que permite maior liberdade e elasticidade na linguagem quando da análise de seu caso.” Nessa linha, não ha o apontado excesso de linguagem, devendo ser mantida a sentença em sua integralidade.***

*(...)*

Como se pode ver, segundo a Corte *a quo*, o Magistrado limitou-se a apontar dados dos autos aptos a demonstrar a existência de prova da

# *Superior Tribunal de Justiça*

materialidade e de indícios suficientes de autoria, em estrita observância ao disposto no art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal. Ademais, como asseverou o Tribunal, *se trata de um crime extremamente complexo, cometido por várias pessoas, e realizado por uma organização criminosa. O feito possui abundância de provas e situações a serem examinadas.* Não há, portanto, que se falar em excesso de linguagem, porquanto em nenhum momento foi emitido juízo de valor acerca da conduta aqui apurada.

A propósito do tema, os seguintes precedentes:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. RESISTÊNCIA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO. EXCESSO DE LINGUAGEM NA PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Evidenciado que a Corte de origem não apreciou a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, porquanto não suscitada a matéria na impetração originária, resta configurada indevida supressão de instância, eis que as teses trazidas no presente mandamus devem ser previamente analisadas pelo Tribunal a quo.*

*2. Na pronúncia, a instância ordinária deve se limitar a apontar dados dos autos aptos a demonstrar a existência de prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria, em estrita observância ao disposto no art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal - CPP, sem emitir qualquer juízo de valor, como ocorreu no caso dos autos (AgRg no AREsp 618.051/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 1/8/2018).*

*3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 102.569/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 20/05/2019)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. PRONÚNCIA AMPARADA NAS PROVAS DOS AUTOS. EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NO*

# Superior Tribunal de Justiça

## MÉRITO REJEITADOS.

1. Não há no voto, emissão de juízo subjetivo de valor sobre a autoria delitiva, mas tão-somente a demonstração, no acervo probatório dos autos, prova da materialidade e de indícios de autoria

2. Esse Tribunal Superior já assentou que não incorre em excesso de linguagem a decisão que não faz afirmação categórica acerca da autoria do delito. (AgRg no AgInt no AREsp 353576 , Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 22/9/2017).

3. Embargos de declaração conhecidos e no mérito, rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 1073734/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019)

Diante do exposto, com fulcro no art. 255, §4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Intimem-se

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator